

1 **Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH BPSI) no ano de**  
2 **2023, realizada no dia 28 de fevereiro de 2023 (terça-feira), às 14h, por videoconferência, com a**  
3 seguinte **ordem do dia: 1 - Abertura; 2 - Aprovação da Ata da 4ª R. O. do CBH-BPSI em 2022; 3 -**  
4 **Apresentação de relatório do Plano de Bacia - Ano I (2022); 4 – Apresentação e aprovação da**  
5 **Programação Anual de Atividades e Desembolso – PAAD; 5 - Definição da composição do G. T.**  
6 **Itabapoana; 6 – Deliberação sobre solicitações de vagas na plenária do CBH-BPSI; 7 - Assuntos**  
7 **Gerais; 8 - Encerramento. Item 1 – Abertura:** Reunião aberta às 14h22, em primeira chamada, com  
8 17 membros titulares presentes. Em seguida a Sra. Aparecida Vargas (Abragel) pediu que fosse  
9 antecipado o item nº 5 da pauta de forma que este virasse item nº 3, ou seja, ser abordado  
10 imediatamente após o item nº 2 da pauta, o que foi acatado pela plenária. O Diretor Presidente  
11 Zenilson Coutinho (Asflucan) pediu para colocar em votação a aprovação da minuta da ata da 4ª  
12 Reunião Ordinária do CBH-BPSI do ano de 2022. A pedido do João Gomes (Uenf), Diretor Secretário,  
13 Thaís Nacif (Agevap) informou que estavam presentes, considerando apenas instituições titulares na  
14 ocasião, sete membros do poder público, seis do segmento usuários e quatro do segmento sociedade  
15 civil. **Item 2 - Aprovação da Ata da 4ª R. O. do CBH-BPSI em 2022:** A Ata em apreciação foi aprovada  
16 sem considerações e por unanimidade. João Gomes explicou que todas as atas aprovadas estão  
17 atualizadas no site do Comitê. José Armando (Município de Italva), Diretor Vice-presidente, falou que  
18 gostaria apenas de registrar uma fala da ata em questão, onde o Sr. João Gomes teria afirmado que o  
19 Grupo de Trabalho para Manejo de Comportas (GTMC) do CBH-BPSI acompanhava a formatação do  
20 Grupo de Trabalho de Acompanhamento e Operações Hidráulicas (GTAOH), do Ceivap. Falou que é  
21 preciso conferir o que está estabelecido na resolução de criação do GTAOH e verificar se a afirmação  
22 do João Gomes está completamente correta. João Gomes disse que reafirma o que foi por ele dito na  
23 ocasião e que participa desde o ano de 2014 do GTAOH, onde são tomadas as decisões de controle  
24 de vazão do Rio Paraíba do Sul. José Armando falou que é importante que as discussões sejam  
25 baseadas em formalidades, por isso buscará o caminho correto para esclarecer alguns pontos.  
26 Solicitou que fosse levada ao público a minuta da ata do GTMC solicitada por ele no ano de 2022 e  
27 que até hoje não foi apresentada. Aparecida Vargas disse que corrobora com a fala do João Gomes,  
28 de que o GTAOH possui poder deliberativo com anuência da plenária do Ceivap, justificando que  
29 participou bastante do grupo. José Armando pediu que Aparecida Vargas compartilhasse o  
30 documento que comprovasse sua informação. Aparecida Vargas falou que qualquer documentação  
31 pode ser solicitada à secretaria do Ceivap. João Gomes falou que Thaís Nacif pode solicitar o link da  
32 página do GTAOH à Daiane para compartilhar com os membros do CBH-BPSI. Aparecida Vargas falou  
33 que essa delegação de poder decisório do GTAOH deve ter sido tomada no âmbito da diretoria ou  
34 plenária e, portanto, não deverá estar na página do GTAOH, mas que é possível ser solicitada à  
35 secretaria do CEIVAP. **Item 3 – Definição da composição do G. T. Itabapoana:** Thaís Nacif apresentou  
36 a planilha de composição do Grupo de Trabalho (GT) Itabapoana, após manifestações apresentadas  
37 via e-mail. Aparecida sugeriu priorizar a titularidade às instituições que estão na área da bacia  
38 hidrográfica em questão. Maurício Zanon (Município de Bom Jesus do Itabapoana) falou que o  
39 Instituto Federal Fluminense – campus Bom Jesus do Itabapoana (IFF BJI) teria interesse em participar  
40 desse GT. João Gomes sugeriu que o IFF participe como convidado, assim como o Conselho Municipal  
41 de Meio Ambiente. Ronaldo Bartholomeu (Sindicato Rural de Campos) sugeriu reiterar o convite ao  
42 município de São Francisco de Itabapoana. A sugestão foi acatada pela plenária. José Armando falou  
43 que solicita a titularidade para o município de Italva, e que a Emater ficaria com a suplência, pois está  
44 ausente da reunião. Aparecida Vargas falou que sugere a titularidade para Emater pois se trata de um  
45 órgão estadual e considerando que Italva não está na bacia do Itabapoana. Alberto Mofati (Município  
46 de Campos dos Goytacazes) apoiou os argumentos da Aparecida Vargas quanto à proposta de  
47 titularidade para a Emater e suplência para Italva. A composição foi finalizada com os seguintes

48 titulares: Município de Bom Jesus do Itabapoana, Município de Campos dos Goytacazes, EMATER,  
49 ABRAGEL, CEDAE, ASFLUCAN, Associação Raízes, UENF e ISOBRAS. O Município de Itavva ficou como  
50 suplente da Emater. **Item 4 - Apresentação de relatório do Plano de Bacia - Ano I (2022):** Raissa  
51 Guedes (Gerente de Contrato da Agevap) iniciou a apresentação do documento denominado  
52 “Avaliação de Desempenho da Implementação do Plano de Bacia do Baixo Paraíba do Sul e  
53 Itabapoana, ano I (2022)”. Explicou que existe um painel com detalhes de cada ação definida, como  
54 agenda, programa, meta e atividades previstas, prazos, responsáveis e custos estimados. Adriana  
55 Filgueira (UFF) e Zenilson Coutinho agradeceram a Raissa pela apresentação. João Gomes registrou  
56 que o relatório foi aprovado pela plenária e que a execução do plano é dinâmica, sendo que voltará  
57 para apresentação na plenária em outros momentos. **Item 5 – Apresentação e aprovação da**  
58 **Programação Anual de Atividades e Desembolso (PAAD):** Raissa Guedes explicou que a figura do  
59 PAAD foi trazida pelo novo contrato de gestão (CG) assinado entre INEA e AGEVAP, com interveniência  
60 dos Comitês. Falou que esse novo contrato regra o novo momento do sistema de gestão de recursos  
61 hídricos no Estado do Rio de Janeiro. Falou que esse novo modelo de contrato é o mesmo utilizado  
62 pela Agência Nacional de Águas (ANA) com o Ceivap. Destacou que o novo CG traz um novo conceito  
63 para o planejamento, valorizando essa ferramenta e executando o determinado pelo Plano de Bacia.  
64 Lembrou que o PAAD é anual e está em acordo com o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) do Comitê.  
65 José Armando perguntou se a Agevap, como delegatária do Comitê, pode alterar o número das  
66 estações a serem instaladas e localização daquelas priorizadas e se a diretoria deliberou oficialmente  
67 essa alteração. Explicou que há poucos meses foram apresentados vinte pontos e que recentemente  
68 membros da diretoria informaram que foram priorizadas dez estações e que ele não participou das  
69 reuniões sobre esse tema, mesmo sendo membro do diretório. José Armando seguiu falando que a  
70 decisão para alterar ou priorizar o número e localização das estações deve ser deliberada oficialmente  
71 em diretoria e/ou plenária. Raissa Guedes explicou ao José Armando que foram definidos dez pontos  
72 para campanha de curva-chave para permitir medição de vazão. Explicou que o custo para vinte  
73 pontos era expressivo e para manter a viabilidade, alterou-se para dez pontos de curva chave. Disse  
74 que a medição automatizada de cotas foi programada para implementar dez pontos no bloco inicial,  
75 conforme deliberação de diretoria. João Gomes falou que a explicação da Raissa foi detalhada e  
76 precisa. Paulo Jorge (Fundenor) falou que há trinta anos haviam sido elencados cinquenta pontos para  
77 monitoramento de vazão, mas se atualmente é possível implementar dez pontos, que sejam feitos.  
78 João Gomes falou que teme que essa limitação de reuniões acabe engessando o Comitê. Falou que  
79 demandas excepcionais com caráter emergencial podem demandar reuniões que não entrariam  
80 nessa contabilidade, mas disse entender a necessidade de planejamento para melhor execução das  
81 demandas dos Comitês. João falou que esse planejamento a ser aprovado hoje está baseado também  
82 na execução de recursos financeiros. Falou que as ações da Sala de Monitoramento e seu Especialista  
83 em Recursos Hídricos, Antônio Ednaldo, devem continuar atendendo as demandas espontâneas  
84 diárias que surgem no CBH-BPSI, ou seja, sem sofrer engessamento por esse PAAD. Adriana Filgueira  
85 (UFF) falou que está de acordo com a proposta do planejamento e citou que esse direcionamento da  
86 ANA para os modelos de contrato acaba de alguma forma interferindo na autonomia dos entes do  
87 sistema. Perguntou se, por exemplo, no futuro o Comitê poderia discordar desse modelo e mudar o  
88 formato do planejamento. Raissa explicou que não se trata de uma determinação ou direcionamento  
89 da ANA, mas um exemplo de boa prática entendido pelo sistema estadual como interessante para  
90 servir de base para o planejamento no âmbito do novo modelo do contrato de gestão. Disse que é um  
91 processo de amadurecimento do sistema, pois ainda é o primeiro ano do novo CG e dos PAADs, mas  
92 que ajustes podem e devem ser feitos ao longo do tempo. João Gomes falou que observa não uma  
93 imposição, mas um movimento da ANA com o órgão gestor para influenciar na formatação do CG, o  
94 qual considerou que deve ser aperfeiçoado para ficar mais bem alinhado com os anseios do Comitê.

95 José Armando perguntou se a ação para aperfeiçoar a ferramenta das outorgas poderia ser mais bem  
96 detalhada para orientar o Comitê em relação às melhores práticas relacionadas, visando aumentar o  
97 número de outorgados e possivelmente incrementar a arrecadação do CBH-BPSI. Raissa registrou seu  
98 comprometimento e da equipe com o planejamento e com tentar atender excepcionalidades sempre  
99 que possível e chamou atenção para que o surgimento de novas demandas acaba invariavelmente  
100 atrapalhando o atendimento ao que fora planejado pela Diretoria e plenária. João Gomes falou que  
101 no planejamento o ano ficará com uma reunião por semana, em média. Raissa lembrou que as  
102 reuniões extraordinárias entram nessa conta. Luiza Salles (Ecoanzol), Diretora Administrativa,  
103 parabenizou a Raissa e toda equipe pelo planejamento elaborado, em consonância com o Plano de  
104 Bacia e o PAP, o que acredita trazer uma maior chance de sucesso na execução desse planejamento.  
105 Raissa agradeceu os elogios da Luiza e falou que é resultado de todo processo de evolução do sistema,  
106 incluindo equipe da Agevap, membros do Comitê e órgão gestor. José Armando falou que ontem os  
107 diretores conversaram sobre a possibilidade de contratação de serviços pontuais ou continuados, com  
108 recursos do Comitê. Raissa falou que genericamente há possibilidade, mas considerando sempre o  
109 que está planejado e a capacidade de atendimento da equipe. Raissa apresentou a planilha com a  
110 definição da quantidade das reuniões anuais, distribuída por cada um dos meses do ano de 2023, e  
111 relacionadas a cada uma das instâncias do CBH-BPSI. O planejamento de reuniões e eventos foi  
112 aprovado sem ressalvas, por unanimidade. Thaís Nacif registrou, a pedido da Ângela Arêas (Município  
113 de Conceição de Macabu), que no momento inicial da reunião a chamada para registro das presenças  
114 contou com a fala do Sr. Hugo Siqueira, equivocadamente como representante do Município de  
115 Conceição de Macabu. Ficou registrada a ressalva de que foi um erro no registro e que o referido  
116 município se faz presente na reunião através da representante Ângela Arêas. **Item 6 – Deliberação**  
117 **sobre solicitações de vagas na plenária do CBH-BPSI:** Thaís Nacif apresentou duas solicitações de  
118 vagas apresentadas por e-mail ao Comitê: CREA-RJ e Sindicato Rural de Conceição de Macabu.  
119 Explicou que o último enviou documentos (estatuto, ata de eleição e outros) anexados ao e-mail. João  
120 Gomes falou que a plenária poderia deliberar aceitando a ocupação das vagas, condicionadas à  
121 posterior análise dos documentos. José Armando falou que o CREA é uma autarquia e não poderia,  
122 no seu entendimento, ocupar vaga de sociedade civil. Disse que votou contra a entrada do CREA num  
123 conselho municipal sob o mesmo argumento. Fez a ressalva de que, sendo o representante do CREA  
124 o Sr. Marcelo, julga como importante e proveitosa por conta do perfil e experiência do citado.  
125 Hermano Moacir (OAB) falou que se o pedido for do escritório do CREA de Campos, julga como viável  
126 a solicitação. José Armando falou que não busca ofender os diretores, mas afirmou que o trâmite para  
127 entrada da Isobras no Comitê foi diferente, ocorrendo apreciação pela Diretoria, quando no caso do  
128 CREA a deliberação ocorreu “por cima”, diretamente pela plenária. Zenilson Coutinho falou com José  
129 Armando que esse entendimento da classificação de algumas instituições quanto ao segmento dentro  
130 do Comitê é amplamente controverso e vem sendo tratado pela Câmara Técnica CTIL, do Conselho  
131 Estadual de Recursos Hídricos (CERHI). Hermano Moacir falou que seu entendimento sobre a situação  
132 do CREA-RJ não precisa estar, necessariamente, alinhado ao entendimento de outro membro da OAB.  
133 Falou que entende que a OAB e CREA tem sua atuação como sociedade civil organizada. João sugeriu  
134 que as solicitações sejam analisadas na próxima reunião extraordinária, a ser realizada em março, pois  
135 no momento não há quórum para votação. A sugestão do João foi acatada pelos presentes. **Item 7 -**  
136 **Assuntos Gerais:** Thaís Nacif resumiu o processo de destinação de recursos para aquisição de três  
137 estações telemétricas em parceria com o INEA. Explicou que foram destinados aproximadamente  
138 duzentos e dez mil reais para essa finalidade e que aproximadamente cento e dez mil reais não foram  
139 utilizados e foram devolvidos ao Comitê. A proposta a ser apreciada em plenária futuramente é de  
140 que esse saldo devolvido seja utilizado para a demanda de operação, manutenção preventiva e  
141 corretiva das estações durante o ano de 2023, destacando que também poderá ser realizado pedido

142 para que o INEA assuma na totalidade, a partir do ano de 2024 em diante, as despesas de operação e  
143 manutenção dessas três estações, como ocorre atualmente com todas as outras estações do sistema  
144 estadual de alerta de cheias. João Gomes falou que Thaís fez um importante esclarecimento acerca  
145 da situação desses recursos e da possibilidade de atendimento ao pedido de repasse ao INEA, pelo  
146 menos para o ano de 2023. Raissa falou que esse recurso voltou no repasse automático e não é  
147 vinculado a uma rubrica específica. **Item 8 – Encerramento:** Reunião encerrada às 18h13. A presente  
148 ATA foi lavrada pelo Especialista Administrativo Amaro Neto e depois de aprovada será assinada pelo  
149 Diretor Presidente e pelo Diretor Secretário do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul  
150 e Itabapoana.



**Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN)**  
Diretor Presidente



**João Gomes de Siqueira (UENF)**  
Diretor Secretário